

PARECER Nº 26

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS REF AO MÊS DE JUNHO DE 2025

Este Relatório está em consonância com as disposições constantes no Manual do Pró Gestão RPPS e com o Decreto nº 3.122 de 25 de julho de 2018, que trata da criação e regulamentação do Comitê de Investimentos na Prev São José.

No dia 23 de julho de 2025, às 09h00min, os membros do Comitê de Investimentos reuniram-se na sede da Autarquia para participar da 100ª Reunião Ordinária com o objetivo de analisar o Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de junho de 2025.

Conforme pauta da Ata, foram analisados: *1)ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO MÊS DE JUNHO DE 2025; 2) ANÁLISE DE CENÁRIOS; e 3) ALOCAÇÃO DE RECURSOS NOVOS.*

Foi apresentado pelo Diretor Financeiro o relatório de Investimentos da Carteira da PREV SÃO JOSÉ, com retorno percentual no mês de 0,88% ficando o retorno total da carteira no período (janeiro a junho) em 6,80%, sendo que no segmento de renda fixa o retorno foi de 0,81%, renda variável 1,83% e no segmento de Investimento no exterior a carteira teve retorno de 0,81%, a carteira de Investimentos da PREV SÃO JOSÉ fechou o mês com o PL total de R\$ 1.904.185.748,77, o IPCA teve uma variação no mês de 0,26%, com isso a meta atuarial para o período (janeiro a junho) ficou em 5,55% com 122,55% de atingimento da meta para o período, a Consultoria indicou que a carteira da PREV SÃO JOSÉ, está com diversificação muito boa e com proteção adequada para o momento, com 91,64% em renda fixa, 7,03% renda variável e 1,33% de Investimentos no Exterior. Os fundos atrelados em CDI têm a maior concentração da carteira com 20,08% seguidos dos fundos vértices de longo prazo com 14,52% e dos vértices de médio prazo com 13,03%. Comentou que as movimentações efetuadas no decorrer do mês, aumentando nossa exposição em títulos de curto prazo foram importantes para diminuir o impacto negativo da oscilação do mercado, servindo como uma proteção. Os investimentos encontram-se devidamente enquadrados, de acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional e Política de Investimentos, com exceção do fundo de Investimento em Ações - CAIXA BRASIL IBX-50, onde o total das aplicações representou mais de 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo. O desenquadramento passivo ocorreu tendo em vista que houve resgate de cotas por cotistas desse fundo que acabou ocasionando essa situação.

O Consultor sugeriu que poderíamos aumentar nossa exposição em fundos DI, de imediata liquidez, aguardando a tomada de decisões quanto a novos investimentos. Sugeriu também aplicarmos em títulos negociados diretamente com o Tesouro Nacional aproveitando assim as boas taxas oferecidas, lembrando

que esses títulos são marcados na curva. Como forma de diversificação dos investimentos, sugeriu para ficarmos atentos a oportunidades no segmento em renda fixa, no médio e curto prazo, aproveitando assim taxas atrativas oferecidas pelos bancos no período, como exemplo: Letra Financeira. Ressaltou que as taxas oferecidas pelas Letras Financeiras são mais altas que as oferecidas pelos Títulos Públicos, no entanto, o risco também é maior, sugerindo cautela. Sugeriu também para ficarmos atentos às oportunidades nos fundos de crédito privado, ressaltando sempre a cautela. Devido a guerra tarifária, sugeriu uma diminuição em 50% da exposição dos recursos alocados em CDI rebalanceando o restante para o IRFM-1. Tal sugestão se deve ao fato que caso as tarifas venham ser aplicadas, poderá haver um aumento de oferta de produtos no mercado interno, fazendo com que haja uma redução de preços e consequentemente queda na taxa de juros, performando positivamente o IRFM-1. Com relação aos recursos aplicados em Renda Variável sugeriu manter a posição, no entanto, devido o mercado Brasileiro estar passando por um momento turbulento devido as ameaças quanto às tarifas que poderão ser aplicadas pelo governo Americano, comentou que poderão se abrir janelas de oportunidade de entrada com a queda do Ibovespa. Sugeriu considerarmos em nossa carteira investimentos com estratégia em dividendos pois tende ser mais defensiva na comparação com uma carteira de ações tradicional. Com relação aos recursos aplicados no Exterior sugeriu manutenção na posição, pois o mercado aguarda o desfecho com relação a possível aplicação das tarifas pelo governo Americano ao Brasil. Comentou que nossos investimentos no exterior não oferecem (hedge) proteção do capital contra perdas inesperadas, usado para mitigar os efeitos de flutuações de preço, onde as oscilações podem ser mais intensas, assim sugeriu que, quando fossem aportados novos recursos nos atuais fundos do exterior que compõem nossa carteira, fizéssemos um aporte de igual valor em um fundo que tenha essa proteção, como exemplo citou o Caixa Indexa Bolsa Americana. Com relação aos fundos de gestão Ativa sugeriu manter posição, sem movimentações de aplicações ou resgates. Ressaltou que esses fundos tendem a performar melhor em um cenário de queda da taxa Selic.

O Presidente franqueou a palavra e fazendo o uso da mesma informou que a CEF retornou que não há interesse em obter recursos da Previsão por meio de Letra Financeira.

O Presidente franqueou a palavra novamente e como ninguém fez uso da mesma, encerrou a reunião às 11 horas e a presente ata, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

Assim sendo os Membros do Comitê de Investimentos, após análise do relatório apresentado, avaliaram que os recursos estão aplicados de acordo com a legislação vigente, estão aderentes ao que foi proposto na Política de Investimentos e a rentabilidade está em linha com o mercado, desta forma encaminha-se o presente ao Conselho Fiscal com parecer pela sua APROVAÇÃO.

LUIZ CARLOS BONATO
Presidente do Comitê

PAULO CESAR MAGNUSKEI
Membro

IVO CETNARSKI
Membro

AUSENTE

IVAN FERREIRA DE MELO
Vice-Presidente